

Por uma Geografia *Trans*

ANDERSON BERTHOLI*

CIBELE BERTHOLI**

Resumo: A crise do capitalismo nos anos 1970 do século passado trouxe os arautos do neoliberalismo como face renovada do modo de produção hegemônico. Não obstante, os reflexos impostos pelo (novo) modelo se impuseram a diferentes instâncias da sociedade, capitaneados pelos grandes organismos internacionais. À universidade coube se adaptar aos novos mecanismos de controle que a convocaram para um produtivismo alienante. Ao professor universitário restou uma corrida pelo “enriquecimento curricular” como única forma de vislumbrar ganhos salariais e fomento aos projetos de pesquisa e extensão. O tratado texto é, portanto, uma contribuição à reflexão sobre o lugar que o professor acadêmico ocupa neste cenário de competitividade extrema, bem como um pensar sobre as possibilidades que o estatuto epistemológico disponibiliza ao professor da Geografia, para fazer frente a essas determinações, transgredindo-a e transcendendo-a, contribuindo efetivamente com a formação de sujeitos autônomos e transformadores desse que ainda é um mundo horrível e cuja ciência é caminho fecundo e seguro para superá-lo.

Palavras-chave: Capitalismo; Produtivismo; Ensino trans; Geografia *Trans*.

For a *Trans* Geography

Abstract: The crisis of capitalism in the 1970's from the last century brought the heralds of neoliberalism as a renewed face of the hegemonic production mode. Nevertheless, the reflexes imposed by the (new) model were imposed on different levels of society, captained by the major international organisms. To the university, it was up to adapt itself to the new control mechanisms that summoned it for an alienating productivism. To the university professor left a race for “curriculum enrichment” as the only way to glimpse salary gains and fomentation to the research and extension projects. The referred text is, therefore, a contribution to the reflection on the place that the academic professor occupies in this scenario of extreme competitiveness, as well as a think about the possibilities that the epistemological statute makes available to the geography teacher, to face these determinations, transgressing and transcending it, effectively contributing to the formation of autonomous and transforming subjects of this, which is still a horrible world and whose science is a fruitful and safe way to overcome it.

Key words: Capitalism; Productivism; Trans teaching; Trans geography.



* ANDERSON BERTHOLI é professor do Departamento de Geociências da Unimontes.



** CIBELE BERTHOLI é jornalista, mestranda no Programa de Pós Graduação em História da Unimontes.

Introdução

Como prefixo de origem latina, *trans* segundo o dicionário Michaelis expressa “um movimento de ir além”, mas também pode indicar travessia, deslocamento ou mudança de uma condição para outra. Desde um *transe* caracterizado pela ausência de consciência e um ir além dos sentidos e da percepção do ambiente, ou um *transvio* que chama a um ir além do caminho traçado e até mesmo uma *transformação*, um *transbordo*, uma *transposição* ou *transgressão*, o fato é que o referido prefixo conduz a um movimento de ruptura com o normativo.

Desse modo, recorrer ao pensamento complexo significa apoiar-se num método que prima pelo *linkamento-complexus*, do que é tecido em conjunto. Doravante, assume-se aqui o entendimento de que o tratado prefixo é o grande gatilho de uma revolução em curso.

Essa revolução tem nas salas de aula das universidades o seu espaço *sui generis*, podendo essas ser consideradas o lugar apropriado para uma decodificação imprescindível ao alcance de uma nova consciência epistemológica, em que o conhecimento *transcenda* ao objeto e atinja os sujeitos, fundando assim um movimento coletivo, acionado pelos problemas do mundo, bem como a sua contemplação, que não se pretende vazia, estigmatizada, estereotipada ou fetichizada, dada a potência transformadora que lhe é atribuída.

Essa pretensão refere-se à suplantação daquilo que Souza (*apud* CASTRO, 2000:101) definiu como “[...] epistemologia positivista, esquartejadora da sociedade em partes pretensamente autônomas”, de modo a resgatar as noções fundantes da geografia, quais sejam, da totalidade e da

transdisciplinaridade.

A noção de totalidade de Humboldt e Ritter parte de um princípio holístico, ou seja, pensar ou considerar a realidade segundo a qual nada pode ser explicado pela mera ordenação ou disposição das partes, mas antes pelas relações que elas mantêm entre si e com o próprio todo. Segundo Moreira (2006), para Humboldt a superfície terrestre seria a globalidade do planeta, partindo de diversas interações orgânicas e inorgânicas e, para Ritter, parte das individualidades, de um ser único.

Sendo assim a Geografia como ciência e ensino em diferentes níveis de formação, inclusive e com destaque o acadêmico, têm um caminho *transformador* à frente, um desafio para a sua inteligibilidade e projeção, à luz de uma construção coletiva pela *transdisciplinaridade* que une ao invés de compartimentar, funde ao invés de separar, coletiviza ao invés de individualizar, traduz o espaço pela comunidade e pela concorrência, e assim cumpre com seu papel nessa dinâmica do pensamento contemporâneo, não distante do clássico, moderno ou pós-moderno, mas uma amálgama que são todos esses contextos, mas também é o novo e é esperança.

Nossa proposição é instigar o debate sobre a significância dos saberes geográficos, bem como dos seus métodos de ensino-pequisa-ensino. Doravante, sua potencialidade enquanto conhecimento das Ciências Humanas não pode se limitar a uma fragmentação superficializante, apenas para garantir o *status quo* de uma pequena porção de sujeitos.

Não obstante, o produtivismo acadêmico que tem norteadas as políticas de fomento às universidades brasileiras também tem mutilado essa dimensão solidária do conhecimento acadêmico, tanto entre os

pares como entre os saberes.

Em especial para a Geografia, o comprometimento com os problemas do mundo que podem ser pensado à luz dos conflitos sócio-ambientais, por exemplo, demanda uma análise que leve em consideração um estatuto filosófico (racional) e também histórico (realista), das dimensões que se combinam e se articulam com as inúmeras outras interpretações do mundo e que têm no espaço o *linkamento* do que é *transdisciplinar*, *transversal* e complexo, uma vez que impõe a necessidade de se pensar em conjunto todas as dimensões das peculiaridades e da totalidade dos lugares do mundo.

O desafio/objetivo inicial é fazer a *transposição* de uma leitura de mundo e seu contexto histórico, adaptando-a, encaixando-a n'outra realidade. Realidade que se coloca mais exigente pelo fato das considerações acessórias a ela incrementadas, para então *transcender* à complexidade espacial.

Conhecer é tecer em conjunto

Os arautos da ciência moderna foram fundados numa perspectiva de totalidade. Da cosmografia de Ptolomeu à cosmologia de Eratóstenes, da circunavegação de Estrabão à confirmação do heliocentrismo por Galileu, os esforços que precederam às premissas do método experimental sempre estiveram em busca de uma pretensa ordem.

Não obstante, na emersão das técnicas e métodos modernos do século XVI a referida ordem foi dissecada, de modo que a busca pela verdade assumisse cada vez mais um viés compartimentado. A esse respeito Morin (1999), destaca que,

O conhecimento científico foi baseado no princípio da separação. Já no plano do pensamento filosófico, ou do pensamento em

geral, Descartes havia fundado os progressos do conhecimento na capacidade de separar as dificuldades umas das outras, resolvê-las sucessivamente, de maneira a bem resolver um problema. Este princípio de separação estava de alguma forma confirmado, no desenvolvimento das ciências, pela separação das disciplinas umas em relação às outras. Era inteiramente legítimo circunscrever um domínio disciplinar para fazer progredir o conhecimento sem levar em conta as interferências. De resto, a própria ideia de separação significa separar. Tiro um corpo do seu meio natural, separo-o, coloco-o num meio artificial que controlo e sobre o qual faço variar um certo número de determinações, e que me permitem conhecê-lo [...] (MORIN, 1999, p. 22).

Nota-se a assunção, por parte dos fazedores da ciência, de um *status* de promotor da verdade como caminho seguro à resolução dos problemas do mundo. Problemas esses menos fantásticos e cada vez mais humanos.

Já no início do século XX outra importante descoberta colocou à lona algumas pretensões de verdade pelo caminho (seguro) da ordem. O caos teve que ser admitido por ocasião do fenômeno calorífico de Boltzman. Sobre esse evento, Morin (1999) sustenta,

A partir do início do século ocorre algo de realmente revolucionário no campo da ordem e da certeza: é o surgimento da desordem e da incerteza. A desordem traz o incerto porque não temos mais um algoritmo, não temos mais um princípio determinista que permita conhecer as consequências de tal ou tal fenômeno. E como surgiu essa desordem? Surgiu quando Boltzman autenticou no século XIX o fenômeno calorífico como sendo um

fenômeno de agitação ao acaso das moléculas e, nesse momento, enunciou o segundo princípio da termodinâmica, dizendo que no tempo e entropia tende a crescer, quer dizer, há perda da capacidade de energia de se transformar em trabalho, traduzida também por uma tendência à desintegração do que é ordenado ou integrado. [...] Eu não participo dessa discussão, mas de toda maneira, a desordem estava instalada no coração do nosso mundo. (MORIN, 1999, p. 23)

A constatação é de que a cientificidade se abriu em tantas portas quanto das possibilidades de interpretação dos, não menos variados, problemas do mundo. Mas também, e sobre esse mesmo evento, não significou e não significa uma instauração plena do caos, uma vez que,

[...] não há apenas desordem no universo, já que por meio dessa agitação foram detectados quatro princípios de organização – o da gravitação, o das interações intranucleares fortes, o das interações fracas e o das interações

eletro-magnéticas. Enfim, o universo sempre nos aparece como um coquetel espantoso de ordem e desordem. E depois, como vocês também sabem, em nível microfísico, apareceu o fenômeno chamado indeterminação. A ciência, rainha da ordem, tornou-se uma ciência que busca fazer dialogar a ordem com a desordem, e isso é evidentemente um fenômeno que tem um papel nessa espécie de renovação epistemológica que se inicia com Bachelard e Popper. (MORIN, 1999, p. 24).

Portanto, o que vemos é um chamamento para uma “não desconsideração” reducionista das possibilidades da decodificação do mundo, ainda que algumas determinações sustentem algumas ordens necessárias até mesmo para delimitar os limites com o “imundo”.

Sobre essa tendência, reportamos ao esquema das combinações entre diferentes áreas do conhecimento como síntese para se pensar o referido pensamento complexo.



FIGURA 1: Esquema que representa a articulação entre saberes.

Fonte: CIACHI (Centro de Investigación Aplicada de Chile).

Epistemologia Transcendente e os desafios socioambientais para a Geografia

Devemos recorrer ao estatuto epistemológico como exercício de confirmação de um *espiralidade* temporal, que traz de volta conceitos e perspectivas metodológicas firmes, às quais se encaixam em diferentes contextos e reconfiguram os sentidos.

Não obstante, a Geografia, seu ensino e sua pesquisa têm nesse movimento importantes pistas acerca das dinâmicas espaciais, bem como de sua importância como ciência e ensino na contemporaneidade.

Nesse sentido, o conceito de espaço é por “natureza” *transcendente*, uma vez que enquanto categoria pura não dá conta do movimento dinâmico da sociedade, que pode ser veloz ou lento, mas constante.

Kant já pontuara que os “objetos mudam e criam diferentes geografias em diferentes épocas”; eis, portanto, a dimensão híbrida (Milton Santos) do espaço geográfico, híbrida porque vai além da localização, é região, lugar, território e paisagem, *transpõe* o imediato e permite imponentes e multifacetadas interpretações.

A esse respeito da obra de Castro (*et ali*, 2009) serve como referência, sobretudo por desvelar o uso e os contextos dessas ressignificações de “espaço” (geográfico). Desde o privilegiamento das categorias de paisagem e região pela Geografia tradicional, passando pela valorização do espaço como referência da geografia teórica (planície isotrópica) e da geografia crítica (espaço social de Lefébvre), alcançando as noções de espaço vivido na chamada geografia humanista e cultural. Todas essas abordagens levam à dimensão *trans* da análise geográfica.

A noção de Região permite a regência do

espaço para além da paisagem e das generalizações, leva, portanto, para o conjunto peculiar que *transgride* a homogeneidade e chega às especificidades. Enquanto dimensão sócioambiental representa a necessidade da conformação do conjunto regional para o reconhecimento, do outro, que é diferente. A diferença é o ingrediente que transcende e é essencial para a conformação da região geográfica.

Já o conceito de Território *transpõe* o sentido de delimitação e alcança a dimensão do poder, *transita* entre o limite físico e o alcance social, portanto de uma essência sócio-ambiental.

O lugar por sua vez *transgride* as homogeneizações englobantes e chama para as manifestações imediatas, que por natureza também são *transitivas*. O são porque acessam múltiplas vivências de maneira particularizada, reconhecem a diversidade sócio-ambiental em outras escalas e, de maneira caótica, contribuem para tecer o espaço imediato que é, por essência conflituoso pois representa interesses desordenados.

A região *trans* ou *transregião*

Forjada pelo império romano, a concepção de região (clássica) conduzia à centralização e à extensão de um poder geral. Mas essa definição fora *transmutada* juntamente com a dissolução do próprio Império o que forçou a sua atualização. Ainda que esta definição tenha se prevalecido enquanto dimensão geográfica da organização espacial dos feudos, ela ficou órfã de sua “ante origem”. (GOMES, 2000, p. 51).

Assim, a região nasce *trans* uma vez que ela ascende a algo que não é da sua própria estruturação e sim de uma funcionalidade externa.

Atualizada, região assumiu a função de unidade de proteção diante do “inimigo externo” na consolidação dos Estados

Modernos do século XVIII, não se desfazendo por completo dos princípios de centralização e extensão do poder político. (GOMES, 2000, p. 51-52).

Atualmente o conceito se volta para sua essência formadora, sua estrutura interna que é a diferenciação e a localização. Nesse sentido a geografia se apropria definitivamente da região como categoria de análise, sobretudo para traduzir as reorientações do mesmo poder geral, agora também contestado pelos regionalismos e crises de fronteiras.

Ao ensino dessa ciência cabe *transitar* pelas manifestações desses poderes, desde o mais geral até os mais fragmentados, enquanto formas de planejar o território que é desigual, também enquanto geografia e geograficidade. O papel da identidade nessa perspectiva é legitimar o diverso, a diversidade que é *transversal*, oblíqua às lógicas dos poderes, mas que as tocam.

O território *trans* ou *transterritório*

Assumimos aqui a concepção de território como espaço contido por relações de poder, que traduzem pela materialidade do domínio e pela subjetividade das intenções dominantes.

O conceito de território *transita* entre a materialidade do limite físico da dominação e a fluidez e alcance da intencionalidade da dominância, coexistindo em variadas escalas. Nesse sentido recorreremos a Souza (*apud* CASTRO, 2000), quando afirma,

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto de territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos

(e desconstruídos) dentro e escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (p. 81).

O território é *trans* também porque *transcende* os limites entre poder e violência, cujos contrastes confundem a conquista e apropriação do espaço geográfico, sua manutenção e sua expansão.

Essa noção já fora trabalhada por Fernandes (2013), ao ser referir como,

Transterritórios são um conjunto de territórios nacionais, compreendidos como espaços de governança, em diversas escalas. Nos transterritórios, além dos espaços de governança há outros tipos de territórios, como as propriedades privadas comunitárias ou capitalistas que produzem conflitualidades pela disputa dos projetos de desenvolvimento e de sociedade. (p. 171-172)

Paralelamente, enquanto ensino da geografia o conceito pode ser usado como estratégia didática ao entendimento dessas dimensões do poder, inclusive do poder que traduz as relações de sala de aula e mesmo o que envolve a produção da pesquisa e da ciência.

O lugar *trans* ou *translugar*

Numa perspectiva humanística, a que melhor a representa, o conceito de lugar pode se referir a “um centro de significados construídos pela experiência”, “criados pelos seres humanos para os propósitos humanos”. (TUAN, 1975, p. 152) Nesse sentido, ser *trans* remete à coletividade dos significados, das experiências e dos propósitos, uma vez que as intencionalidades encontram sentido

apenas na dimensão da comunhão, algo evidenciado quando na ocorrência de determinada ameaça de um não-lugar ou um deslugar.

Assim, *transcender* o indivíduo é acessar a cultura que também é comunhão e, portanto, permitir que se alcance a essência do espaço social, dos atores imediatos da dinâmica sócio-espacial, tanto pelo viés científico da pesquisa-participante como, e, sobretudo, pelo

viés de ensino da geografia, a partir da ativação dos sujeitos no processo de aprendizagem.

Num esforço de síntese, apresentamos a seguir um esquema para ilustrar o lugar da geografia no “tecer do conhecimento”, de modo a evidenciar a articulação entre os mais variados elementos e dimensões dentro da análise espacial.

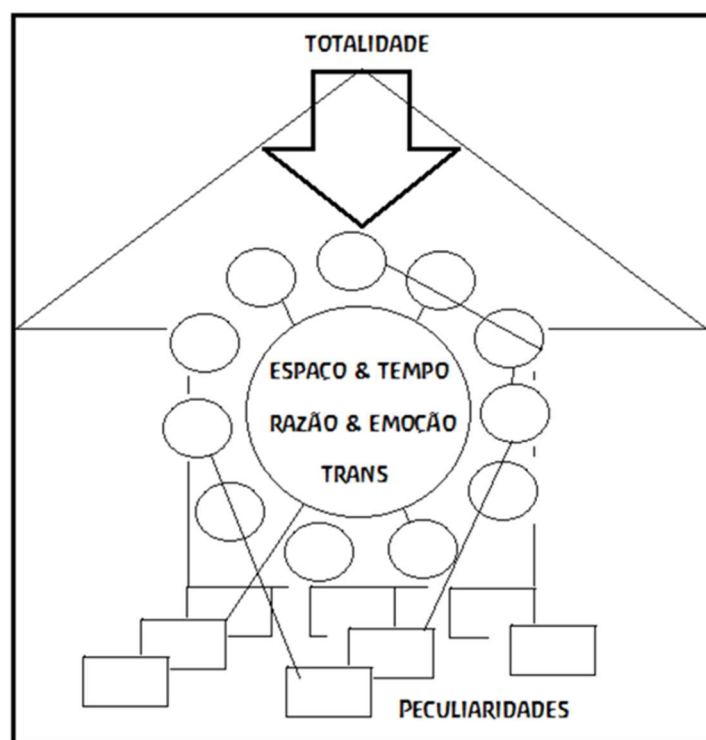


FIGURA 2: Esquema da Articulação Totalidade & Peculiaridades que envolve a dimensão trans da Geografia. **Fonte:** Dos Autores

Considerações finais

A crise permanente da Geografia é uma provocação constante ao aprimoramento de seu estatuto científico que pressupõe um *linkamento* de suas especialidades, cujo escopo da análise tem sido objeto de intenso debate epistêmico.

Não obstante, essa tendência à fragmentação tem sido uma alternativa encontrada pela ciência em geral e a

Geografia em especial, para garantir lugar em meio ao caos da competitividade acadêmica.

A compartimentação dos saberes é uma marca da ciência moderna. Essa essência muito se deve à prevalência de um *status quo*. Para a geografia em especial essa prevalência também tem relação com a falta de um estatuto filosófico para traduzir as espaciologias a partir de um movimento de ordenamento-

desordenamento de ideias sobre o espaço e suas múltiplas manifestações como estratégias para se pensar os problemas do mundo, à dimensão dos conflitos sócio-ambientais, por exemplo.

Não obstante, o ensino da geografia reflete essa fragmentação e se distancia de um potencial que é sua própria essência, transcender aos referidos grandes problemas do mundo. O objetivo desse ensaio foi repensar a Geografia a partir de um outro olhar sobre o conhecimento e seu ensino, que transcenda o imediatismo dessas especialidades e alcance a dimensão da pesquisa através do estabelecimento de Links, como redes e nós da construção de saberes espacializados, visando, por extensão, às relações entre a totalidade e as peculiaridades de cada dinâmica espacial. Esses linkamentos podem significar uma relação mais sincera entre as escalas e os conceitos fundantes da ciência geográfica.

Nesse sentido, recorrer ao prefixo de origem latina *trans* indica uma pretensão de ir além, num movimento de superação de uma condição limitadora do seu potencial científico, voltando-se efetivamente para as questões mais urgentes que envolvem os conflitos entre a sociedade e o seu ambiente, como morada e/ou como recurso.

Essa, que é uma revolução, tem, nas salas de aula e no estudo do meio seu espaço *sui generis*, podendo ser considerados assim lugares apropriados para uma decodificação imprescindível para o alcance de uma nova consciência epistemológica, em que o conhecimento transcenda o objeto e atinja os sujeitos, fundando assim um movimento coletivo,

acionado pelos problemas do mundo, bem como a sua contemplação, que não pretende-se vazia, estigmatizada, estereotipada ou fetichizada, dada a potência transformadora que lhe é atribuída.

Portanto, a compartimentação, a fragmentação e/ou a dissociação entre os níveis de ensino e destes com a pesquisa, em nada contribui para o avanço das análises que se pretendem comprometidas com a transformação desse mundo ainda horrível.

Referências

- CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. **Tese** (Livre-docência) UNESP/FCT, Presidente Prudente, 2013.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- MORIN, E. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. (Orgs) **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Editora Garamond. Rio de Janeiro, 1999.
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica, e Tempo, Razão e Emoção** São Paulo: Edusp, 2006.
- TUAN, Yi-Fu. 1975. Place: an experiential perspective. **Geographical Review**, 65 (2): 151-165.

Recebido em 2020-02-20
Publicado em 2020-02-28